

9
Introducción

10
Objectivos do estudo :
exposição do processo de construção de uma civilização escrita durante a Alta Idade Moderna europeia, que tornou possível, por um lado, a melhor conservação dos textos através do novo processo de reprodução tipográfica e, por outro, o surgimento de uma autêntica República das Letras , na qual os seus autores encontrariam um lugar duradouro.
demonstrar a progressiva afirmação da escrita ao longo dos séculos XV, XVI e XVII, dentro de um contexto geral de formas de comunicação variadas (atenção à existência/permanência de uma trindade de linguagens: oral, icónico-visual e escrita)
Combate da oposição (fundamentalmente afirmada no século XIX) entre um suposto homem medieval que privilegia as formas oral e icónico-visual de comunicação e um suposto homo-typographicus renascentista, sofrendo de iconofobia , que escolhe definitivamente a escrita como linguagem mais evoluída, menosprezando as outras duas.
De facto fizeram, pelo contrário, um grande uso destas duas linguagens, e do simbolismo das representações, tanto a nível da cultura popular como da chamada cultura das elites .

11
Importância da escrita como forma de fixar as situações de maneira mais indelével do que fora possível mediante o recurso apenas às linguagens oral e icónico-visual, sujeitas à multiplicidade de variantes na transmissão.
A invenção da Imprensa trouxe a possibilidade, desde meados do século XV, de garantir em melhores condições a não-corrupção dos textos e também a sua conservação , tendo em conta o facto de que a reprodução tipográfica permitia que todas as cópias de um mesmo original fossem idênticas e, por outro lado, que fosse muito superior o número de cópias em circulação.
Atenção ao facto de que a comunicação e a escrita manuscrita não desaparecem. Dá-se um processo de «especialização», em que impressos e manuscritos se dividiram no campo da escrita, concorrendo para objectivos diferentes.
Mais livros e mais baixos preços tiveram uma necessária repercussão nos níveis de alfabetização europeus.

12
Os príncipes da monarquia preeminente de começos da Idade Moderna mostraram especial interesse pelo crescente recurso à escrita pois, antes de mais, esta permitia-lhes aceder ao crescente volume de informação territorial necessária à tomada de decisões governamentais. por outro lado, a escrita vai surgir como precioso instrumento de propaganda .

15
1. Conciencia lingüística y escritura
1.1. En torno a la reflexión lingüística de los siglos XV, XVI y XVII
1.1.1. La conciencia lingüística
Momento em que os indivíduos tomam consciência da evolução da sua língua: reflecte-se, por exemplo, na concepção de obras que reúnem «palabras obsoletas e inusitadas y que no se deben usar »(obra redigida no século XVII).

16
Consciência linguística definida por Bouza Álvarez como acuerdo sobre el estado de su lengua que, en cada momento histórico, forja una comunidad de hablantes .
Em termos gerais, o que mais chamava a atenção dos europeus dos séculos XV a XVII era o grande número e a diferença das línguas existentes , observação que vinha desde a Antiguidade.
A pluralidade das línguas é encarada de duas formas diferentes e diametralmente opostas:
uma que via na multiplicidade de falares uma metáfora da amplitude da sabedoria
outra que a encaram como símbolo da desordem e mesmo do pecado (lembrar episódio bíblico da Torre de Babel)
A oposição clássica entre «bárbaro» e greco-latino, no Renascimento acaba por tornar-se num dos argumentos preferidos através dos quais toma corpo a polémica entre savants erustiques .

17
Por detrás desta polémica escondia-se uma discussão geral acerca da tradição do conhecimento e o problema da incomunicação . É muito importante destacar que aos rústicos não se negava a possibilidade de construir e ordenar eficazmente a sua própria realidade, mesmo vivendo sem qualquer instrução.
Os sábios eram assim, de acordo com esta concepção, os gramáticos e os políglotas (os primeiros porque se expressavam «elegantemente», ou seja, conforme as regras, e os segundos porque dominavam muitos idiomas). Os rústicos, por seu lado eram os que conheciam apenas uma remota e obscura língua, ou que dela faziam um uso «nefasto».
As alusões a esta disputa são frequentes na grande literatura paródica do século XVI.

18
Ideal da « curiosidade universal », forjado pelo Renascimento humanista (e, antes de mais, por Giovanni Pico della Mirandola) como uma das suas grandes sínteses (ideia relacionada com a figura do políglota, mais apto que os outros e mais perto do conhecimento na sua diversidade).
Referência à corte de Filipe II , onde se encontravam indivíduos provenientes de diversos países e regiões, com as suas línguas e costumes variados.
Na Alta Idade Média, o aparecimento, por volta de 800, dos primeiros testemunhos escritos nas chamadas línguas romances, germânicas e eslavas, fez avançar fortemente a noção da pluralidade linguística, face ao então quase monolítico império do Latim.
O indivíduo europeu apercebia-se das grandes diferenças existentes entre as línguas: umas eram faladas de forme universal, independentemente do espaço ou do tempo (é o caso do Latim e, em menor escala, do Grego e do Hebraico); outras, diferentemente, estavam vinculadas a territórios limitados, onde se impunham com uma força variável.

19
De modo algum podemos dizer que na Alta Idade Moderna já existia uma conexão automática entre consciência nacionalista e consciência linguística. Na melhor das hipóteses, e segundo os diferentes países e períodos, podemos falar da existência de um difuso sentimento nacionalista ou proto nacionalismo , que podia surgir no contexto do exacerbamento dos conflitos políticos internacionais e que, mais do que na afirmação dos traços particulares, como poderia ser o dispor de uma língua própria, se baseava na repulsa face ao inimigo.
Em resumo: as diferentes línguas não eram um elemento de coesão nacional para as comunidades que as falavam, e da sua existência não se concluía a necessidade de uma diferenciação política.

20
1.1.2. Hierarquización y orden de la pluralidad lingüística entre los siglos XIV y XVII. Lenguas sagradas y lenguas vulgares
Encontrar uma ordem para as muitas línguas conhecidas é um problema geral que o século XVII tenta igualmente resolver.
O que os indivíduos procuraram, longe de uma análise linguística nos termos que hoje entendemos, foi descobrir qual era a hierarquia das línguas.
A ideia de ordem que dominava nos séculos do Renascimento e do Barroco não se baseava na igualdade mas, pelo contrário, na diferença relativa dos componentes do conjunto que devia ser ordenado .

21
Esse critério hierárquico estamentalista que estabelece que a realização de funções distintas corresponde à integração em degraus diferentes pode muito bem ser transposto para o campo idiomático.
É importante recordar que nem o Renascimento nem o Barroco recorreram à noção de língua morta : o Latim, o Hebraico e o Grego não só se escreviam como, em estabelecimentos como os famosos colégios trilingues (Lovaina, Paris, Alcalá, Salamanca) se proibia nos estatutos o uso de quaisquer línguas senão estas.
A Alta Idade Moderna distingue assim línguas de maior e menor dignidade . Em consonância com a mentalidade da época, o critério utilizado para estruturar esta pirâmide linguística tinha as suas raízes na tradição bíblica; graças a ela, o lugar de honra foi dado às três línguas usadas por Deus para se revelar aos homens nas Sagradas Escrituras: o Hebraico , o Grego e o Latim . Estas tornam-se assim línguas sagradas , e todas as outras, necessariamente inferiores, línguas da condenação e do pecado.
Esta concepção gozou de uma popularidade particular entre os defensores da contra-reforma católica, visto que supunha um forte argumento para combater a tradução dos textos bíblicos para línguas vulgares, como desejavam os «reformados».
A hierarquização das línguas só pode ser entendida mediante o conhecimento de dois episódios bíblicos particulares:
a história da construção da torre de Babel
a vinda do Espírito Santo no Pentecostes

Partindo desta interpretação bíblica compreende-se bem a hierarquia das línguas estabelecida pela Alta Idade Moderna.

O caminho que estava por percorrer para as línguas vulgares era o de se equipararem às superiores, demonstrando que podiam servir para expressar mesmo os conceitos mais elevados, o que, à partida, parecia reservado às «línguas sagradas». Para dignificar uma língua vulgar podia recorrer-se à demonstração da sua descendência de uma das três eleitas.

23

Em suma, a consciência linguística da Alta Idade Moderna, em vez de classificar as línguas pelas suas características formais, hierarquiza-as em superiores e inferiores. Disto resulta que um livro devia ser escrito numa ou noutra língua segundo o uso a que se destinava.

1.2. El lugar de la escritura en la conciencia lingüística de la Alta Edad Moderna europea

1.2.1. Oír, ver, escribir. Asimetría de las formas de comunicación en la Alta Edad Moderna

Depois de estabelecida a noção de uma consciência linguística, podemos dizer que existia uma primeira opção expressiva, que implicava a escolha de um idioma para a expressão linguística.

No entanto, chegado o momento de escolher entre três formas possíveis de comunicação (oral, icónico-visual e escrita), surge um novo problema, e as coisas complicam-se. Todas elas se encontravam plenamente desenvolvidas, e cada uma contava com o seu sistema particular de ensino e compreensão .

Esta afirmação choça de novo com a oposição homo typographicus -renascentista vs. homem medieval acima descrita.

24

Nos séculos XV, XVI e XVII, as formas de expressão oral e icónico-visual não estiveram em decadência, mas em pleno auge . Não se circunscreveram aos limites da esfera popular dos letrados nem ao espaço geográfico marcado pelas novas fronteiras religiosas. No que se refere às formas de comunicação, de forma alguma se pode dividir o continente em duas Europas, uma primeira racionalmente moderna, pré-capitalista e escritófila , e uma segunda feudal e católica, fechada no obscurantismo da verbosidade e no sentimentalismo da visualização barroca.

Importância de dois factores:

as taxas de população alfabetizada neste período eram minoritárias, tanto no mundo urbano como, sobretudo, no rural;

a aprendizagem e o ensino de qualquer ofício ou saber, inclusive entre a minoria alfabetizada e para as disciplinas mais alambicadas , baseava-se na repetição de regras

mnemónicas e no domínio dos recursos da chamada arte da memória, um sistema que estava fundado na articulação mecânica de conceitos com uma série de imagens visuais que os fixavam, servindo-lhes de suporte;

25

Deve ficar claro que a afirmação de que, na Alta Idade Moderna, havia a possibilidade de escolher entre as três formas de comunicação não equivale a dizer que todos os europeus daquela época puderam, na prática, fazer essa opção; isto porque a linguagem escrita exigia, como indispensável passo prévio, o domínio das técnicas da leitura e da escrita, bem como da tecnologia do escrever.

Referência ao estudo do antropólogo social Robert Redfield , que estabelece a existência conjunta e paralela de duas tradições culturais na sociedade contemporânea rural: a pequena tradição e a maior ou grande tradição , sendo esta a que é própria de uma restrita elite de pessoas letradas, correspondendo a primeira à massa dos não instruídos.

Peter Burke aplica esta terminologia no estudo que fez da Europa pré-industrial, estabelecendo que:

agrande tradição corresponde ao conjunto de ensinamentos aprendidos na escola (saberes de herança clássica e cristã);

a pequena tradição compreende todas as formas culturais alheias à instrução oficial (saberes de herança popular); estas seriam, por excelência, de tipo oral e icónico-visual;

27

Um erro frequentemente repetido consiste em fazer equivaler cultura das elites à cultura privativa da nobreza e do clero e cultura popular aos não privilegiados socialmente. Na verdade, sabemos que eram inúmeros os nobres e clérigos analfabetos e que, portanto dificilmente poderiam ter feito parte da minoria letrada e que, por outro lado, nela se integraram muitos indivíduos pertencentes ao terceiro estado.

28

Privilégio da minoria letrada era conhecer igualmente os saberes pertencentes à pequena tradição . Esta situação permite aquilo a que os linguistas chamam diglossia , ou seja uma forma particular de «bilinguismo», em que o indivíduo recorre a uma ou outra «linguagem»/forma de expressão conforme o contexto ou a necessidade.

Noção de uma minoria letrada «anfíbia» (em função deste «bilinguismo»).

Sem dúvida, esta situação de diglossia permite entender melhor um questão tão crucial para os historiadores como é a da transferência de temas e argumentos culturais entre as tradições grande e pequena .

29

Houve uma constante circulação de tipos e motivos entre as grande e pequena tradições, e nela foram mediadores os membros da minoria letrada que tiveram e exerceram a possibilidade de se adiantarem no campo da cultura oral e icónico-visual popular.

Para completar o quadro do intercâmbio entre as duas tradições é necessário colocarmos, paralelamente a esta minoria letrada «anfíbia», os livros , o instrumento predilecto da cultura escrita, que chegou às massas não alfabetizadas através de vias como a da leitura em voz alta e que pôs uma parte da cultura das elites à disposição da minoria não letrada. No campo da edição de textos de muito baixa qualidade formal e de preço reduzido, paralelamente aos que se destinavam à leitura, há impressos destinados a serem transmitidos oralmente sob a forma de canções e impressos criados para serem vistos.

A conclusão a tirar é a constatação de uma mediação prática acentuada entre as diferentes formas de comunicação.

1.2.2. El moderno elogio de la escritura «Hablen cartas y callen barbas»

Os letrados dos séculos XV a XVII não trataram de igual forma as três formas de comunicação: do mesmo modo que se discutira qual era a melhor das artes, discutiu-se também a hierarquia a estabelecer entre os actos de ver, ouvir e escrever.

30

Naturalmente, a escrita estabelece-se no topo desta pirâmide.

Por um lado, e relativamente à primazia do tempo (/antiguidade), afirmava-se que o alfabeto escrito nascera antes da palavra falada, visto que o homem tinha descoberto (e não inventado) os signos alfabéticos depois de observar vários factos da natureza, que eram mudos , mas eloquentes ; por exemplo, os dois ramos que se cruzavam para formar um «Y» estavam ali para recordar a origem da letra numa história de carácter mítico. Por vezes deparamos com o argumento de que o escrever é anterior ao falar porque aquele é um princípio masculino e este, um princípio feminino e, portanto, secundário.

Outros argumentos que defendem a superioridade da escrita sobre a fala, numa obra de 1565:

a escrita permite a reflexão sobre o escrito;

a palavra não se compreende senão «de perto», enquanto que a escrita se faz sentir «no fim do mundo»;

a palavra é irrecuperável, enquanto que a escrita permanece y siempre habla .

31

A minoria letrada reconhece-se a si própria como grupo, em função desse instrumento que permite estabelecer uma tradição, forjar uma série de autoridades, conservar o adquirido e estar em condições de o transmitir.

Noção de um uso cada vez mais generalizado da escrita: o nascimento de uma civilização escrita, segundo a expressão de Lucien Febvre .

Ao garantir cada vez mais a conservação e também a integridade do conhecimento expresso sob forma escrita, a chamada revolução da imprensa de meados do século XV veio somar-se a esta primeira revolução de la escritura sobre papel e o moderno elogio da escrita reforçou-se ainda mais.

«Hablen cartas y callen barbas» - este dito castelhano evidencia claramente o valor probatório concedido aos documentos escritos.

32

No momento de encontrar um símbolo para o elogio moderno da escrita, Bouza Álvarez afirma que pocos escenarios son tan eloquentes como la biblioteca y el archivo modernos, precisamente aquellos lugares en los que se guardaban libros y registros documentales; aunque, ni que decir tiene, el mundo medieval ya los había conocido y usado sobradamente, archivos y bibliotecas no dejaron de transformarse para ver de dar respuesta a las sustanciales modificaciones que irán sufriendo las ideas y su difusión a lo largo de los siglos XV, XVI y XVII.

33

2. Usos distintos de la escritura

2.1. Entre el manuscrito y el impreso

Formação de uma civilização escrita :

consciência do valor e poder dos escritos:

conservação e destruição voluntária de obras (censuras religiosas)

34

A forma escrita começa a impregnar toda a sociedade, incluindo o amplo mundo dos letrados, que a ela não podiam aceder automaticamente. Importa destacar que a minoria alfabetizada não pode ser considerada um corpo uniforme de leitores e escritores homogéneos mas que, pelo contrário, existiram muitas e muito diversas maneiras de usar a tecnologia escrita.

35

2.1.1. Repercusiones de la imprenta en la forma de comunicación escrita. División de funciones entre la escritura manual y la imprenta
Importância da descida do preço final dos livros. O novo processo mecânico de os produzir (que implicava a introdução dos caracteres metálicos móveis e das tintas oleaginosas) reduziu o número de horas de trabalho/operário que era necessário para a sua manufactura, enquanto, paralelamente, diminuía também a qualidade média do produto acabado. Bouza Álvarez pretende centrar este passo do seu estudo nas repercussões que a invenção da imprensa teve sobre a nueva distribución de funciones a la hora de usar (/36) la forma de comunicación escrita que llevó aparejada la aparición de un nuevo proceso de producción libraria a gran escala .
Noção de impersonalização da escrita impressa, da qual estavam conscientes os indivíduos do século XVII.

37

A escrita manual adquire, assim, um cunho pessoal e íntimo que nunca antes lhe fora atribuído.
Difusão das erratas , onde se corrigem os erros das obras tipográficas.

38

A noção de uniformidade/igualdade dos textos impressos teve grande importância no processo da sua difusão.
A tiragem média de um livro durante o século de ouro espanhol rondava os mil e quinhentos exemplares.

39

Alguns tipos de obras, como é o caso do Nobiliário do Conde D. Pedro, circularam de forma bastante importante, ainda que no seu formato manuscrito. Outro exemplo é o da tradução castelhana do Cântico dos Cânticos , feita pelo Frei Luis de León, professor em Salamanca, que por isso foi condenado pela Inquisição.

40

Estes casos são, no entanto, excepções. De facto, a tipografia era a melhor via para a difusão em grande escala. Assim, vemos que passavam pela imprensa certificados de comunhão pascal, bulas, indulgências, letras de câmbio, cartas de censo e muitas outras escrituras de uso massivo, nas quais, entre as fórmulas fixas, eram deixados pequenos espaços em branco para que fossem preenchidos à mão e se personalizassem com os dados do receptor ou beneficiário de cada caso específico.
É frequente encontrar particulares que recorrem à imprensa para pôr «de molde» determinados factos que queriam ver reconhecidos ou autenticados.
A impressão torna-se imprescindível para a publicidade de uma mensagem, face à superioridade que então se reconhecia num escrito face às palavras faladas.
Entre os primeiros anúncios de publicidade impressa que a Alta Idade Moderna conheceu, contam-se as menções do nome e da morada do impressor, apostas na folha de rosto das obras. Mas junto a esta propaganda que faziam de si mesmos desta forma livreiros e impressores, existem também exemplos de verdadeiros anúncios publicitários, num sentido muito actual do termo. É o caso do Bureau d'Adresse parisiense (primeira metade do século XVII), uma das primeiras publicações periódicas, onde encontramos anúncios variados, de venda de animais, livros, ofícios públicos, casas e muitos outros artigos e bens.

41

O recurso a estas publicações com o objectivo de alcançar o maior número de pessoas possível é já bem consciente. Também a luta panfletária (no contexto de conflitos entre cidades, príncipes, igrejas ou particulares) vai recorrer à imprensa com este objectivo.
Os grandes movimentos propagandísticos da Alta Idade Moderna fizeram assim um intenso uso da nova arma que consistia na letra de molde , desde as trovas anti-turcas dos finais do século XV às grandes campanhas do pamphlet barroco, passando pelos opúsculos da Reforma protestante e da Contra-reforma católica. A escassa qualidade do papel e o descuido na impressão, muito característicos de alguns panfletos do século XVII, são o melhor exemplo do que a imprensa podia oferecer à luta e à propaganda política moderna: baixo preço e grandes tiragens, precisamente o que ela precisava.
Também as monarquias tiraram partido da imprensa, no seu processo de afirmação.

43

Reafirmação do carácter pessoal e íntimo/privado da escrita à mão.
Referência a Philippe Ariès , na sua afirmação de um progresso da noção de intimidade e da existência de um espaço privado, que se reflecte na existência de escritos manuscritos como as memórias, diários, confissões, cartas familiares, etc. (a chamada literatura autógrafa).
A consciência da maior privacidade e proximidade do manuscrito face ao impresso teve um efeito inesperado sobre a mentalidade colectiva: a suposição de que os manuscritos deviam estar naturalmente mais perto da verdade e que, assim, o que corria de molde era fácil suporte do engano e da parcialidade interessada.
Começa então a tentar-se reproduzir nos impressos certas características formais dos manuscritos, ou a afirmar que a impressão é uma cópia fiel de um original manuscrito, como forma de valorizar as obras de tipografia e de afirmar a veracidade do seu conteúdo.
Outra estratégia frequentemente usada era a de dar a entender que a impressão de uma obra não fora procurada pelo seu autor, mas por outros indivíduos, que «por acaso» a encontravam e decidiam dá-la à estampa.

44

Quanto às verdadeiras obras manuscritas, a intervenção de terceiros foi frequentemente decisiva para a sua divulgação/circulação pública (frequentemente muito posterior à concepção da obra).

45

Importância da difusão do papel (muito mais barato do que o pergaminho).

46

O pergaminho (de resistência e qualidade muito superiores às do papel) passa a ser reservado para a redacção de documentos de grande importância.
Gradação estabelecida por Bouza Álvarez nos escritos, desde a escrita manual cifrada (que denuncia um desejo de privacidade e segredo) até ao impresso, passando pela cópia manuscrita.

47

A introdução de manuscritos no Índice de obras proibidas pela Inquisição revela bem a sua circulação efectiva.
A função a que um texto se destinava era, mais do que o género literário em que se inseria, o critério principal que determinava a sua impressão ou a circulação em cópia manuscrita.

48

Nos primeiros tempos a seguir à divulgação da imprensa, esta serviu sobretudo para editar os grandes textos clássicos, e não as obras dos pensadores contemporâneos, que escolhiam frequentemente a via manuscrita para a sua circulação.

49

2.2. Entre el abecé y las bonæ litteræ
2.2.1. La escritura, plenitud del hombre
O elogio moderno da escrita passava pela ideia de que o alfabeto simbolizava a vida, de A a Z, do berço à sepultura.
Referência à presença da escrita nos momentos extremos da vida: o testamento e as cartas deixadas junto dos recém-nascidos expostos.

50

Relativamente ao século XVIII, que é o século emancipador da infância como período autónomo da vida humana, a Alta Idade Moderna não prestou uma atenção cuidada aos primeiros anos de vida dos indivíduos (facto que está provavelmente relacionado com as altas taxas de mortalidade infantil).
Referência a Walter Ong , na sua tese de que os rigores dos estudos gramaticais do Renascimento constituíam como que um rito de passagem entre a infância e a puberdade.
Existência de textos que denunciavam a severidade do ensino e o cansaço dos alunos.

51

2.2.2. Educación, primeras letras
Em meados do século XVII, existiam em Madrid menos de uma centena de mestres de escrever e contar que tivessem sido examinados e aprovados pelas autoridades oficiais.
Paralelamente aos mestres que tinham dado provas do seu trabalho perante um examinador, e que dispunham de um ou mais assistentes, existiam nas grandes cidades pessoas sem habilitação, que ensinavam «así en casas particulares como en sus aposentos, ocultos» , e outros ainda que, em tempos críticos, «se quedaron sin oficio [y] se ponen a ser maestros» .
Existiam, em muito menor número, mestras para raparigas que, para além de ler e escrever, as ensinavam a bordar e coser (labrar) .
Os mestres das primeiras letras tomavam a cargo os alunos depois de estabelecido um contrato com os pais, no qual se estabeleciam as matérias a ensinar, os prazos e a remuneração do mestre. Este ensino não começava antes de os rapazes fazerem sete anos.

52

A etapa inicial do processo de ensino consistia em dotar o aluno dos rudimentos da leitura e da escrita.
Primeiro aprendia-se a ler (mejor sería decir a pronunciar, porque siempre se pensaba en la lección como la lectura en voz alta) e depois a escrever , ainda que alguns autores aconselhassem o ensino simultâneo das duas matérias.

O segundo escalão era a gramática , dividida em método (sintaxe e regras) e história (história, geografia, mitologia, etc.), base de todas as artes, e que preparava o aluno para subir na escala de disciplinas .

A brevidade com que conseguiam ensinar os seus discípulos a ler e escrever era motivo de maior popularidade e prestígio de alguns mestres.

53

Juan de la Costa -Libro y tratado para enseñar a leer y escribir brevemente (Alcalá de Henares, 1589), aconselha os distintos passos a dar para que os alunos aprendam a ler, escrever e contar:

O mestre devia começar por ensinar os seus pupilos a pronunciar correctamente as letras e sílabas, provendo-se, para isso, de alfabetos, silabários e cartilhas (/cartinhas). A prova de que já se sabia ler era feita com impressos em letra redonda ou romanilla , tanto em latim como em romance, e a aprendizagem incluía o desenvolvimento das abreviaturas. Depois da leitura, procedia-se ao ensino da escrita sobre papel, em bastarda (cursiva: era a que permitia uma maior rapidez) e em redondilla (o tipo de escrita preferido no mundo dos mercadores), que se tinham tornado os dois tipos mais comuns de letra, desde meados do século XVI. Os outros tipos de letra, mais complexos, requeriam o uso de pergaminho ou papel de grande qualidade, o uso de réguas e um preparado com gordura. Usava-se neste ensino o método de desenhar e copiar as letras repetidamente.

54

Passava-se a seguir à cópia das chamadas muestras ou materias : primeiro letras simples, com o pequeno acrescento que permite a sua ligação às outras; depois, o mestre devia escrever un renglón para que o aluno copiasse; por último, o aluno começava a copiar frases inteiras, chegando finalmente a escrever em cursiva ou redonda já a mão solta e sem regras, textos que lhe eram apresentados numa outra grafia.

A preparação da pena com que se escrevia era uma tarefa de grande importância. Abaixo das penas de cisne e de abutre (?), as melhores penas de ave eram as da asa direita de ganso doméstico, pelas qualidades do seu cálamo. As penas eram golpeadas e recortadas para ficarem aptas a funcionar.

Também a tinta era preparada, segundo receitas de complexidade variável. A tinta negra era a mais usada, mas conservam-se também fabulosas receitas para a preparação de tinta azul, verde, amarela, vermelha, carmesim, dourada e prateada. Inúmeros cuidados eram necessários para conservar a tinta e o restante material.

56

Referência às palmatórias, descritas por Sebastian de Covarrubias (1610): Soy arma del maestro de la escuela, de los niños espanto y son temida

quando les doy en forma que les duela

por traer la lección mal aprendida

(...)

Importância dos livros-utensílios impressos tipo arte de escribir , mas noção de que não substituíam de forma alguma o papel do professor (ainda que alguns dos seus autores se gabem da possibilidade do ensino à distância).

57

Nova referência à importância da imprensa como instrumento de difusão do saber, graças à possibilidade de adquirir livros a baixos preços. Este facto, juntamente com a circulação dos manuais de ensino da leitura e da escrita, teve uma grande responsabilidade no aumento das taxas de alfabetização.

A valorização dada nos séculos XVI e XVII à faculdade de ler e escrever era muito importante; ela permitia, por si só, o acesso a determinados ofícios menores, como o de escrivão.

58

Certas obras denotam a consciência de que a vulgarização da capacidade de ler e escrever podia constituir uma arma poderosa contra os poderes estabelecidos. Acusam o ensino generalizado das letras de desviar do trabalho para o bem comum um grande número de indivíduos.

59

Uma vida de estudo podia resumir-se num grosso volume, no qual se haviam recolhido todos os apontamentos e glosas feitos desde os anos de estudante. O mais famoso dos tratados pedagógicos de Vives ,De tradendis disciplinis , recomendava que, desde criança, se tivesse um destes grandes libros proverbiales , tão necessários para todos os usos: «Así es que cada uno de los niños tendrá un cartapacio en blanco (...) para recoger en él las enseñanzas caídas de la boca del maestro (...)» .

Como consequência desta forma de pensar o trabalho intelectual e o conhecimento, surgiu uma ideia particular de autoria colectiva , favorecedora do anonimato, mas segundo uma concepção diferente da que dele temos actualmente.

60

No entanto, é nesta época que a noção de verdadeira autoria começa a desenvolver-se (muito em função do desenvolvimento da imprensa e da «fixação» das obras).

2.2.3. Las bonnae litterae . La tentación de ser autor

A fama máxima alcançada por um autor literário pode demonstrar-se pelo exemplo de um Credo composto em honra de Lope de Vega , que começava: «Creo en Lope de Vega todopoderoso, Poeta del cielo y de la tierra» .

62

Cervantes , no prólogo de D. Quijote , adverte para o perigo que constitui para um autor o obter demasiada fama e rendimentos com as suas obras.

Para conseguir editar uma obra e conseguir fazer dela um sucesso, o autor tinha de passar por um processo com várias fases:

Após terminada a obra, era necessário obter a aprovação dos censores do Conselho de Castela (que verificavam se a obra atentava contra a fé católica ou os bons costumes).

Obtida esta, era necessária uma licença de impressão num determinado reino (que proibia a impressão da mesma obra por outros indivíduos por um período de dez anos).

Por último, era necessária uma licença eclesiástica do vicariato episcopal.

Obtidas todas as permissões, era estabelecido um contrato com o impressor, em que se determinava o número de exemplares, os prazos, a qualidade do papel, etc. (nos casos em que o autor não tinha posses para fazer editar o livro, podia vender o privilégio a um livreiro ou ao impressor, ou procurar um mecenas que financiasse a impressão, trocando esta protecção por uma dedicatória escrita em termos de uma inflamada devoção).

65

As obras manuscritas, cujo preço de elaboração e de venda era muito superior ao dos livros impressos, transformam-se progressivamente em artigos de luxo, mais objectos de colecção do que obras de consulta. Neles se desenvolvem as iluminuras de enorme riqueza artística e material.

66

Esta espécie de entesouramento do que primitivamente não fora senão um meio de chegar ao conhecimento afectou também os impressos, que, já desde o século XVI, eram procurados pela sua raridade e antiguidade, aumentando assim o seu valor de forma considerável.

68

A estrutura de uma obra impressa é muito mais complexa do que a de um manuscrito. Para além do texto, faziam parte dos livros impressos: folha de rosto, licenças das várias instituições, erratas, dedicatórias, etc. O livro manuscrito posterior à divulgação da imprensa vai acabar por imitar estas inovações.

71

3. La Escritura y el Poder del Príncipe

3.1. La imprevista escrita del poder altomoderno

3.1.1. Los poderosos ante y por la escritura

Importância da obra de Juan de Vega ,Instrucción (1548), para o estudo dos ideais nobiliárquicos hispânicos entre os séculos XVI e XVII. A esta obra, Juan de Silva junta, ao dedicá-la ao seu próprio filho, umas Adiciones , em que mostra a forma de melhor conciliar as armas com as letras na educação de um jovem nobre:

Ser-lhe-ia necessário saber Latim para poder ler os grandes poetas e prosistas clássicos na sua língua original (sobretudo Horácio e Tácito)

72

Alguns conhecimentos de matemáticas, cosmografia, geometria e aritmética são considerados muito úteis.

Os mais aplicados poderiam ainda estudar filosofia e grego, e procurar a amizade de bons poetas.

Foram de facto muitos os nobres espanhóis que puseram em prática estes ensinamentos durante o Siglo de Oro , brilhando também graças a uma intensa actividade de mecenato.

No entanto, circulava também a opinião de que apenas a guerra era uma actividade realmente adequada à nobreza. Dela decorria o tópico frequente em obras dos séculos XVI e XVII que «escribir mal es de señores» .

73

Esta prevenção aristocrática contra o bem escrever procede da vinculação da escrita à figura do letrado que faz dela a base da sua carreira e existência material. A escrita é deste ponto encarada como uma técnica ou uma humilde arte mecânica como todas as outras. No entanto, a importância das funções administrativas, para as quais a escrita era um instrumento indispensável, obriga a uma posição contrária face ao domínio mais perfeito desta faculdade.

75

Que papel cabia à escrita numa sociedade em que o poder era jurisdicionalmente disperso, e onde o monarca desejava assumi-lo numa proporção maior? A resposta tradicional seria apontar a forma como a escrita serviu os interesses absolutistas dos monarcas (enquanto instrumento de uma racionalização administrativa). É no entanto importante notar

que a resposta estamental ao príncipe recorreu igualmente à escrita. Eram escritos os privilégios, estatutos e diplomas que impediam precisamente esta actividade «centralizadora» dos monarcas.

76

Filipe II , o rey papelero , representa provavelmente o melhor exemplo de um bem sucedido recurso à escrita como instrumento centralizador.

3.1.2. «A consulta». La majestad «escrita» del rey Felipe II

A relação de Filipe II com a escrita tem sido estudada por diversos historiadores.

77

Uns retratam-no como obsessivo e outros como um rei exemplarmente dedicado ao governo e à justiça.

Os contemporâneos de Filipe II tiveram plenamente consciência da estreiteza desta relação do rei com a escrita.

78

Ler, corrigir e escrever eram, com efeito, actividades de governo a que o rei dedicava um tempo imenso.

79

Geoffrey Parker e António Hespanha deixaram já bem claro que o sistema de trabalho do rei foi uma consequência do imenso império que governava e um instrumento para vencer as enormes distâncias que separavam as suas diferentes partes do coração da monarquia.

80

Muitos autores apontaram a grande lentidão na resolução dos assuntos, atribuída à vontade do rei de que todos os documentos lhe passassem pelas mãos.

81

O sistema de governo de Filipe II é criticado inclusivamente pelos seus contemporâneos. Em 1583, por exemplo, Frei Pablo de Mendoza escreve uma ordem de trabalhos que considera mais positiva:

82

Segundo este texto, das 24 horas do dia, metade são dedicadas a coisas de governo, incluindo nelas as duas horas matinais de reflexão; mas destas, apenas três se destinam à leitura e à escrita, enquanto que o dobro do tempo é reservado para audiências e consultas de boca , nas quais eram ouvidos os ministros dos conselhos. Filipe II gobierna, claro está, pero oye más que escribe .

Alguns anos antes, o mesmo Pablo de Mendoza tinha dirigido ao rei um texto extremamente crítico, em que lhe fazia saber o descontentamento geral nascido de «no [a]parecer vuestra Majestad y negociar por billetes y por escito, pareciendo a todo el mundo que esto es causa que se despachachen pocas cosas y tarde y claramente se ve, y así se platica, que tratando (/83) vuestra Majestad con los ministros de palabra los negocios se despacha más y mejor en una hora que a las veces en muchos días» .

O rei é acusado de ter abandonado o costume de dar audiência, a forma mais tradicional e bem assente de praticar o ofício régio.

O recurso extremo à forma escrita aparece vinculado ao problema geral do ocultamento da sua própria pessoa que Filipe II praticou.

Hespanha salienta que a escrita teve a virtude de dividir o conselho e partir a informação, mantendo-a em compartimentos estanques, e guardar o segredo de estado. Isto, nas mãos de um monarca hábil, constitui obviamente um instrumento de centralização do poder régio.

86

3.2. La memoria y el olvido escritos, nuevos instrumentos del poder real

3.2.1. La escritura como noticia, guía del gobierno y agente de su propaganda

87

A necessidade de acumular documentação para informar o poder monárquico está por detrás da dotação dos grandes arquivos reais da Alta Idade Moderna e parece ter sido inspirado pelo grande sucesso que tinham as negociações da cúria pontifícia com base nos arquivos do Vaticano.

Importância do utilitarismo que presidiu à criação dos grandes arquivos.

91

Referência ao conhecimento topográfico como importante instrumento de governo: López de Velasco :«(...) no se puede hacer en su tiempo obra más honrada en letras (...) ni más conveniente para guiar el gobierno que una buena descripción que por (/92) pintura muestre los lugares de los pueblos y por escrito dé relación de lo que hay de notable en ellos» .

93

Filipe II recorre então à escrita como instrumento de governação, tanto na forma manuscrita como impressa, de acordo com os fins que se pretendia atingir: enquanto que os manuscritos se ligavam ao segredo e ao aspecto particular da comunicação, os impressos possibilitavam a circulação de informações uniformizadas e de difusão generalizada.

Já no século XVI, o recurso à imprensa com claros fins propagandísticos estava bem assente. Boa prova disso são as intensas lutas panfletárias que deflagraram durante a Reforma e a Contra-reforma, as revoltas camponesas alemãs ou as guerras de religião em França.

94

Referência à intensa actividade propagandística que, em Portugal, recorre à imprensa para justificar a secessão de 1640.

96

Posta ao serviço da publicística, a tipografia foi usada em benefício do poder de uma forma massiva, directa, impositiva. Sem necessidade de recorrer a expedientes tão polémicos, os príncipes, especialmente, souberam fazer um uso propagandístico mais subtil da imprensa, unindo o seu nome ao dos autores contemporâneos de maior nome e impulsionando a edição das maiores autoridades clássicas e cristãs.

O príncipe converte-se assim em mecenas ou patrono das letras.

97

3.2.2. Un príncipe entre libros: regia sabiduria, censura y restauración de las letras sagradas y humanas

99

A maior empresa editorial a que se vinculou Filipe II foi sem dúvida a Bíblia Poliglota de Amberes , saída da magnífica tipografia de Cristóbal Plantino.

100

Existência, paralelamente a um sentimento de amor aos livros, de uma corrente biblioclasta : Existiu, sem dúvida, um acordo geral acerca da necessidade da existência de livros, mas não sobre a liberdade de editar todos os que se quisesse.

101

Criticar o número excessivo de livros novos, ou a publicação dos que pareciam não ter outro fim senão o mero desfrute e diversão foi um tópico recorrente na literatura da Alta Idade Moderna.

102

O cuidado dedicado à edição de novos livros era especial quando estes tratavam de temas relacionados com a religião.

Dentro do paulatino processo de confessionalização que afectou as distintas igrejas que se formaram após o cisma luterano, os livros constituíram, juntamente com as cerimónias e ritos, as realidades tangíveis nas quais, sob a forma de instituições, catecismos, versões bíblicas, breviários, missais , etc., acabaram por se reconhecer a si mesmas todas essas confissões que se atribuíam a posse da verdade única, verdade que negavam aos livros das igrejas rivais, símbolos dos seus muitos erros .

103

É bem óbvio que, mais do que os manuscritos, foram os impressos que despertaram um verdadeiro terror e que centraram, simultaneamente, as maiores esperanças; eram eles que, pela capacidade das grandes tiragens, estavam destinados a um consumo massivo.

A suposição de que os protestantes estariam a usar argúcias tipográficas para enganar os católicos, alterando com este objectivo mesmo os textos mais sagrados, era um tema frequente na literatura anti-heterodoxa que floresceu na Europa da Contra-reforma da segunda metade do século XVI.

De facto, os reformados recorreram a alguns artifícios para dissimular a sua mensagem, divulgando, por exemplo, textos de Lutero sob outros nomes.

104

A suspeita face aos livros impressos despertada no mundo católico roçou a paranóia; começou a acreditar-se que o ofício da imprensa era tendente à heresia, talvez por alguns dos mais importantes centros tipográficos da Europa estarem situados em países reformados.

Para além da lista de livros condenados (o Index), existia uma lista de livros «benéficos», com o nome de Catálogo .

106

Mais do que um grande museu bibliográfico , a biblioteca tinha como objectivo, segundo Juan Bautista Cardona , reunir o maior número possível daqueles textos que tinham ganho a consideração das autoridades, detectando, através da sua comparação, os erros neles introduzidos pelos protestantes, que podiam assim ser corrigidos. Importa salientar que o príncipe, pelo lugar privilegiado que ocupava na sociedade estamental , era chamado a participar, quer na censura, quer na edição e na dotação de grandes bibliotecas.

107

Com os Índices reais de obras proibidas total ou parcialmente, completava-se o círculo que impedia o conhecimento de determinados livros. Tendo estes catálogos sob a sua autoridade, fazendo com que fossem oficiais seus os responsáveis pelo cumprimento do seu conteúdo, o poder real intensifica-se. Pode proibir a difusão de obras que o ataquem directamente e apresentar-se como defensor da fé contra a heterodoxia e os hereges. Cabia então ao príncipe dar e vedar o conhecimento, fazer ver e ocultar. Nas suas mãos estavam a memória e o esquecimento .

109

4. Lectura y Bibliotecas

4.1. ¿Qué libro es éste?. Vidas de varia lección

110

O conhecimento dos livros que se escolhia para desfrute, ensino ou mortificação serve para que se leiam as vidas daqueles que foram os seus proprietários.

111

Importância da permanência de hábitos de leitura em voz alta, ao mesmo tempo que se desenvolve a leitura individual.

112

Deste modo, não saber ler não implicava ficar afastado do mundo da leitura e da produção literária. O aluguer e a troca de livros eram outras práticas existentes.

113

Fontes importantes para a compreensão do tipo de obras em circulação e dos seus leitores: registos notariais

114

registos aduaneiros

116

4.2. Los peligros de leer. El intelecto cautivo

Abundância de obras que advertem para os perigos de uma inclinação universal e desmedida como esta de ler todo o género de coisas. A leitura, companheira e mestra da sabedoria, podia ser também a porta da perdição.

117

A Contra-reforma aplica a fórmula «intelecto cativo».

Se a Contra-reforma recomendava o reduzir ao cativo do intelecto racional em termos de religião (quase todos), entende-se a razão pela qual, na segunda metade do século XVI, cresceu em todas as frentes o interesse pela espiritualidade.

Aquilo a que se chamou santa rusticidade opôs-se ao intelectualismo; a meditação e a oração foram colocadas acima da especulação e do estudo que valorizava o conhecimento do passado.

118

Frei Luís de Granada (meados do século XV) conclui acerca desta matéria que a ambição de saber e estudar se encontra entre as tentações mais comuns de que são vítimas os devotos.

119

A tipografia alterou a tradicional relação existente entre autor e leitores; em primeiro lugar porque estes passaram a ser muitos mais e conquistados com maior rapidez, e em segundo porque, enquanto que era possível controlar o destino de uma obra manuscrita, não se passava o mesmo com uma obra impressa, cujo grande número de exemplares possibilitava uma circulação muito diversificada (a noção de que diferentes tipos de obras eram lidos por diferentes estados vai ter de ser reformulada).

121

Há a consciência de um perigo representado pelos livros, enquanto distracção. Se este perigo existia mesmo para os indivíduos que detinham apenas um número muito restrito de obras escritas, então as bibliotecas (librerías) podiam desviar realmente os indivíduos do caminho de Cristo...

122

A posse e exibição de extensas bibliotecas vai tornar-se num símbolo de afirmação social. Por vezes, estes livros assim conservados não eram lidos nem usados pelos seus proprietários; tratava-se de um tipo de «decoração» que cumpria uma função específica. As bibliotecas assim constituídas eram apelidadas de bibliotafios , túmulos de livros.

123

Filipe II , dentro desta mesma lógica, é censurado pela acumulação de livros na biblioteca do Escorial.

Aincomunicação era assim o pior pecado em que podiam cair os possuidores de livros. Alguns autores defendiam que as bibliotecas senhoriais deviam ser abertas em proveito dos estudiosos.

124

Desta forma, como qualquer feito ou atitude dos quais pudesse advir honra e fama, comunicar a biblioteca pessoal aos letrados era um novo imperativo que nobres e prelados deviam incluir na sua particular ética estamental de senhores.

4.3. Orden y unidad del saber en las librerías de la Alta Edad Moderna

125

As funções do bibliotecário, segundo Suarez de Figueroa (1615):

tener bien ordenadas sus librerías ;
buscar lo que se pide ;
conocer las [obras] falsificadas ;
expurgar las no admitir las de todo vedadas .

126

Uma librería da Alta Idade Moderna era mais do que um local destinado a guardar um conjunto de livros, para a sua preservação ou para o seu conhecimento. Teoricamente, a biblioteca ideal era vista mais como a ordem e a arrumação dos livros do que como os próprios livros de que se compunha.

O contacto com um inventário de uma biblioteca altomoderna faz-nos compreender que os critérios de ordenação das obras eram bem diferentes dos nossos. O tamanho e o formato dos livros eram o critério principal. É necessário porém lembrarmos também que diferentes tipos de obras eram editadas e encadernadas em condições muito diversas.

128

O sistema da atribuição de «cotas» não obedecia também a nenhum critério específico. Em muitos casos, estas não tinham qualquer relação com o conteúdo, título ou autor das obras. O aspecto puramente estético da arrumação podia ser um critério tão bom como os outros.

132

Para a rica literatura de biblioteconomía , reunir todo o saber nas estantes de uma livraria era o ideal máximo.